

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DOCÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO
RESUMO
Nesta disciplina veremos que os seres humanos sempre precisaram trabalhar para produzir os bens necessários à sua sobrevivência. O trabalho assume diferentes formas no decorrer da história e influencia o campo educacional. O trabalho constitui o ser humano. É pelo trabalho que o homem (indivíduo) se humaniza, na produção das condições necessárias à sua sobrevivência. Ao longo do tempo, o trabalho se modificou, se transformou. Também se modificaram a educação e as práticas pedagógicas adotadas. A função da educação sempre foi a transmissão de conhecimentos de uma geração a outra. O trabalho e a educação são práticas exclusivamente humanas. Pelo trabalho, o ser humano produz as condições necessárias à sua sobrevivência. Pela educação, os conhecimentos são transmitidos de geração a geração.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 EDUCAÇÃO FORMAL EDUCAÇÃO INFORMAL EDUCAÇÃO NÃO FORMAL A PEDAGOGIA SOCIAL E A EDUCAÇÃO
AULA 2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS DIREITOS HUMANOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE, CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E CONSTITUCIONALISMO GLOBAL A CONCRETIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
AULA 3 TEORIAS MARXISTAS, PÓS-MARXISTAS (ESCOLA DE FRANKFURT) E A CRÍTICA A ELAS ESCOLA DE CHICAGO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO
AULA 4 A CONSTRUÇÃO DO PNEDH OBJETIVOS DO PNEDH A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PNEDH: EDUCAÇÃO FORMAL A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PNEDH: EDUCAÇÃO NÃO FORMAL
AULA 5 EDUCAÇÃO POPULAR E PAULO FREIRE MOVIMENTO ESTUDANTIL MOVIMENTOS E CAMPANHAS PELA EDUCAÇÃO MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
AULA 6 INTERCULTURALIDADE E DIREITOS HUMANOS EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS O PAPEL DO EDUCADOR NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CULTURA DA PAZ
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">• FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.• GOHN, M. G. Educação não formal e cultura política. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.• LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO
RESUMO
Ao nos remetermos ao ambiente escolar, um dos profissionais que tomam a frente de inúmeras situações ocorridas no dia a dia educacional é, sem dúvida, o pedagogo. Com certeza você lembra desse profissional atuando em alguma escola em que estudou, assim como dos afazeres que ele exercia diariamente, porém, não imagina a grandeza e importância de suas ações para toda a comunidade escolar.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 ELEMENTOS DEFINIDORES DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO
AULA 2 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DESAFIOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO COM BASE NO PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA
AULA 3 MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NA ESCOLA CONHECENDO OS MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NA ESCOLA
AULA 4 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO DA REUNIÃO PEDAGÓGICA CUIDADOS NA ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS
AULA 5 O QUE É O CONSELHO DE CLASSE? DESAFIOS NA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE
AULA 6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DESAFIO DO PEDAGOGO EM RELAÇÃO À ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">• SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas: Autores Associados, 2003. www.inep.gov.br

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - ELEMENTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS
RESUMO
Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem

“é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?
DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS
VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS
TENSÕES FUNDAMENTAIS
DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA

AULA 2

A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS
AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS
DIREITOS HUMANOS
PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES
SOCIOCULTURAIS
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS
HUMANOS EM VIENA (1993)

AULA 3

ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
(PNEDH)
EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS (PNEDH)
ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS
COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH
OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH

AULA 4

O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS
PARTICIPATIVAS
O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO
EM DIREITOS HUMANOS
O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA
PARTICIPATIVA
PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS
PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS POR BITTAR

AULA 5

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS
MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”
O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”
NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?

AULA 6

COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?
AS TELAS E OUTROS APARATOS MUDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL

“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO
AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO ESPETÁCULO?

BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

BIBLIOGRAFIAS

- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.
- SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.

DISCIPLINA:

SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESUMO

Os objetivos deste material são: adentrar os direitos da criança e do adolescente implica refletir sobre o que isso significa, visto que, constantemente, autores que compõem a rede de proteção de crianças e adolescentes fazem referência a esses direitos. Pensar nos direitos de crianças e adolescentes consiste em entender a fonte dessa constituição de direitos, como eles se fundamentam e quais os princípios fundamentais dessas garantias. É sobre isso que vamos tratar em nossas aulas, para entender essa concepção, seus eixos e diferenciações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DETALHANDO CADA PRINCÍPIO FUNDAMENTAL
DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM O DESCUMPRIMENTO DOS DEVERES
SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS – CONCEITO FUNDAMENTAL E ATUAÇÃO EM REDE
A GARANTIA DE DIREITOS E A LEI N. 13.431/2017

AULA 2

COMPOSIÇÃO DOS ATORES
UMA TEIA DE COMUNICAÇÃO PERMANENTE: REDE
RESPONSABILIDADES DOS ATORES
DESAFIOS DOS ATORES NO CAMPO DE ATUAÇÃO

AULA 3

CONTROLE SOCIAL
A DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: A QUEM COMPETE
ORÇAMENTO OU CICLO ORÇAMENTÁRIO: É POSSÍVEL AOS ATORES DO SGD?
DIREITOS HUMANOS EM DISCUSSÃO NOS EIXOS ESTRATÉGICOS

AULA 4

AS CONFERÊNCIAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O SISTEMA
PERCURSOS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

AULA 5

INTERSETORIALIDADE

AGREGANDO CONCEITOS: INTERDISCIPLINARIEDADE E INTERSETORIALIDADE
UMA REDE EM CONSTRUÇÃO

REDE DE ATENDIMENTO OU REDE DE PROTEÇÃO?

AULA 6

DETALHANDO O DECRETO N. 6.231, DE 2007

PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇA AMEAÇADA DE MORTE

TIPOS DE AMEAÇA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

REVENDO CONCEITOS SOBRE A PROTEÇÃO INTEGRAL: CONSEGUIMOS
GARANTIR?

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 4 abr. 2017.
- DIGIÁCOMO, M.; DIGIÁCOMO, E. Comentários à Lei n. 13.431/2017. Curitiba: MPPR/CAOPCAE, 2018.
- OAB/PR. Os vários olhares da criança e do adolescente. Curitiba: OAB, 2006.

DISCIPLINA:

PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA E A JUVENTUDE MARCOS REGULATÓRIOS DO
ECA

RESUMO

A atuação do conselho tutelar está respaldada em preceitos legais que historicamente foram construídos em âmbito nacional e internacional. Todo o aparato legal representa o esforço de vários segmentos da sociedade civil organizada em diferentes lugares do mundo na superação de representações a respeito da criança e da adolescência, que não correspondiam ao necessário cuidado que pessoas em fase de desenvolvimento biopsicossocial necessitam para ter assegurados os direitos de humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS NO
SÉCULO XX

OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE 1989

CRIANÇA – TODO SER HUMANO COM MENOS DE 18 ANOS

PODER FAMILIAR EM SUBSTITUIÇÃO AO PÁTRIO PODER – UM NOVO CONCEITO DE
FAMÍLIA

AULA 2

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO PONTO CENTRAL DA PROTEÇÃO
DIRECIONADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS PRIMEIRAS
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRAS

A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS CONSTITUIÇÕES
QUE ANTECEDERAM A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

AULA 3

A DOCTRINA/PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL

PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA E DA PREVALÊNCIA DOS INTERESSES

PRINCÍPIO DA BREVIDADE E DA EXCEPCIONALIDADE

PRINCÍPIOS DA GRATUIDADE, DA SIGILOSIDADE E CONVIVÊNCIA FAMILIAR

AULA 4

DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS – NACIONALIDADE
OUTRAS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AULA 5

FUNDAMENTOS LEGAIS SOBRE AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
AS LINHAS DE AÇÃO PARA A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
AS ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
A FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

AULA 6

O CONSELHO TUTELAR NO SISTEMA DE GARANTIA
A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DOS INTEGRANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS
PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DA SOCIEDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Programa nacional de atenção integral à criança e ao adolescente (Pronaica). Subprogramas e ações. Brasília, jan. 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002528.pdf>.
- FRANCISCO, T. X. J. História dos direitos da criança no mundo e em Moçambique: um estudo sobre a sua evolução. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 50, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2016.

DISCIPLINA:

DIREITOS HUMANOS - ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CONJUNTURAIS

RESUMO

Esta disciplina apresenta aspectos fundamentais dos direitos humanos, com suas perspectivas históricas, natureza e origens conceituais. Ela trata do sistema global de proteção dos direitos humanos, explica a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais, e descreve projetos societários. Aborda a cultura dos direitos e a condição da dignidade humana. Fala também sobre aspectos críticos do tema, apontando as contradições entre o desenvolvimento econômico e o humano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS
MITIGAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO

AULA 2

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS E PROTOCOLO
FACULTATIVO AO PACTO
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONOMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E
PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO

AULA 3

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE
DISCRIMINAÇÃO RACIAL
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE
DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

AULA 4

SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO
COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO

AULA 5

A GLOBALIZAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS
GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO
ANTONIO WOLKMER E O PLURALISMO
DIREITOS HUMANOS COMO DE DIREITO PÚBLICO

AULA 6

A EXPANSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA PREVISÃO NA CONSTITUIÇÃO
NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO E A INCORPORAÇÃO DE
TRATADOS
AS FASES DAS CELEBRAÇÕES DE TRATADOS NO BRASIL
A HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS

BIBLIOGRAFIAS

- CANELA JUNIOR, O. A efetivação dos direitos fundamentais através do processo coletivo: o âmbito de cognição das políticas públicas pelo poder judiciário. Tese de Doutorado em Direito – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.
- SARLET, I. W. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.
- VIANA, A. C. A. Conflito entre as nações: um estudo acerca da teoria de Huntington e outras perspectivas. Monografia de Especialização em Sociologia Política – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

DISCIPLINA:

ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

RESUMO

Esta disciplina nos apresenta um panorama sobre a profissão docente na contemporaneidade, no que diz respeito à organização e a estratégias pedagógicas. Durante as aulas, será definido o contexto educacional em que atuamos e nosso papel na sociedade,

além de conceituar o termo educação, evidenciando os seus objetivos fundamentais, esclarecendo prioritariamente quem é o sujeito que se pretende formar para a sociedade e, ainda, que currículo se faz necessário para este fim. O objetivo é explicitar os conteúdos, as experiências e o planejamento na educação como aspectos basilares da organização do trabalho docente, entendendo os objetivos, os recursos e as estratégias de ensino e suas relações com a organização do trabalho pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E SUJEITO
DEFINIÇÃO DE CURRÍCULO
CONCEITUAÇÃO DE PLANEJAMENTO DE ENSINO

AULA 2

O PAPEL DOS OBJETIVOS EM UM PLANO DE ENSINO
IMPORTÂNCIA DO CONTEÚDO PARA O PLANO DE ENSINO
OS MÉTODOS E OS PLANOS DE ENSINO
OS RECURSOS EM UM PLANO DE ENSINO
PLANO DE ENSINO E AVALIAÇÃO

AULA 3

DIDÁTICA COMO ARTE DE ENSINAR
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO
A SALA DE AULA COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DA DIDÁTICA
TRABALHO DIDÁTICO E TECNOLOGIA
DIFICULDADES PARA O TRABALHO DIDÁTICO COM O USO DE TECNOLOGIAS

AULA 4

AFINAL, COMO APRENDEMOS?
AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA
MAPA CONCEITUAL
ENSINO COMO PESQUISA
ESTUDO DE CASO

AULA 5

TRABALHANDO EM GRUPOS
BRAINSTORMING
PAINEL INTEGRADO
FÓRUM
SEMINÁRIOS

AULA 6

PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
PAPEL DO ALUNO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MULTIDISCIPLINARIDADE, INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIEDADE
TRABALHO COM PROJETOS

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, S. do C. D. de. A TV pública e seu compromisso com a educação pública: o caso escola 2.0. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

- CASTILLO ARREDONDO, S. Ensine a estudar... aprenda a aprender: didática do estudo. v. 2. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2005.

DISCIPLINA:
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS DIFERENTES NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO
RESUMO
Nas últimas décadas, o direito de todos à educação vem sendo debatido de forma integral. Isso quer dizer que o sistema educacional, estratégias metodológicas e ações educacionais estão sendo revistas e atualizadas. Uma das principais mudanças é o foco na inclusão escolar. Veremos todos os contextos e abordagens referentes ao atendimento educacional especializado nos diferentes níveis e modalidades de ensino nesta disciplina.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INCLUSÃO ESCOLAR NOS CONTEXTOS COMUM E ESPECIAL: O PAPEL DO PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: AÇÕES COLABORATIVAS EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM MEDIADA METODOLOGIAS EXPOSITIVA E DIALÉTICA METODOLOGIAS ATIVAS
AULA 2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E CONVENÇÕES MUNDIAIS: INCLUSÃO ESCOLAR DIRETRIZES EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NO BRASIL ASPECTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INSERIDOS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: 2011-2020
AULA 3 O PAPEL DOCENTE NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: MATERIAIS ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: AVALIAÇÃO ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: O PLANO DE ATENDIMENTO ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS: ATENDIMENTO
AULA 4 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM SURDEZ ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E BAIXA VISÃO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

AULA 5

ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM
RECURSOS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS E COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E
AUMENTATIVA

TECNOLOGIA ASSISTIVA NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS AOS ALUNOS COM ALTAS
HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO
MATERIAL DIDÁTICO: ALUNOS COM SURDOCEGUEIRA

AULA 6

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ÁREA DA DEFICIÊNCIA
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ÁREA DOS TRANSTORNOS GLOBAIS DO
DESENVOLVIMENTO
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO
PLANEJAMENTO NA FLEXIBILIZAÇÃO: METODOLÓGICA, AVALIATIVA E/OU
CURRICULAR

BIBLIOGRAFIAS

- ARAÚJO, S.; ALMEIDA, M. Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual. Educação Especial, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 341-352, 2014.
- BENITEZ, P., DOMENICONI, C. Consultoria colaborativa: estratégias para o ensino de leitura e escrita. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 18, n. 3, p. 141-155, 2016.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- FEUERSTEIN, R.; RAND, Y.; FEUERSTEIN, R. S. You love me! Don't accept as I am. Jerusalem: ICELP, 2006.

DISCIPLINA:

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA CIDADANIA

RESUMO

A presente disciplina tem por escopo investigar a interação entre a ética, os direitos humanos e os direitos da cidadania, relacionando como tais matérias podem auxiliar na gestão pública e na construção de políticas públicas assertivas e funcionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE É ÉTICA?
FUNDAMENTOS DA ÉTICA
ÉTICA NA HISTÓRIA
ÉTICA E OUTRAS CIÊNCIAS

AULA 2

DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA DIMENSÃO
DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA DIMENSÃO
DIREITOS HUMANOS DE TERCEIRA DIMENSÃO
SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 3

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA BRASILEIRA
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE
DIREITOS HUMANOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE EM ESPÉCIE
TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO

AULA 4

CONCEITOS DE CIDADANIA
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA
A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL
EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA

AULA 5

DIREITO DAS MINORIAS: PRIVILÉGIO OU NECESSIDADE?
PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS
PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

AULA 6

AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS
IMIGRANTES E REFUGIADOS
POPULAÇÃO LGBT
A ÉTICA, OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CIDADANIA COMO INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BITTAR, E. C. B. Curso de Ética Jurídica. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CHAUI, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1998.
- COMPARATO, F. K. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- EGG, R. F. R. Ética nas Organizações. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

RESUMO

Denota-se que planejar é um envolvimento, um ato necessário para programar ou efetivar uma ação, partindo de metas, objetivos, metodologias, recursos e conteúdos até a avaliação. É um instrumento fundamental para o âmbito da pedagogia, afinal, trata-se de uma formação humana que tem como escopo os humanos: o instrumento planejar simboliza contemplar o outro e ver no outro as potencialidades que podem ser afloradas. Traçando um resgate histórico do planejamento educacional no Brasil, verifica-se que ele teve significativas mudanças, principalmente no que diz respeito ao seu significado, que partiu de um modelo extremamente tecnicista e metódico para uma concepção normativo/prescritiva da realidade e, então, para uma dimensão mais estrategista, englobando definição de diretrizes que orientam a transformação da realidade e do sujeito, bem como incluindo objetivos e metas de maneira a contemplar a formação do sujeito e valorizar as suas potencialidades. No entanto, vale destacar que muitas instituições praticam, ainda, o planejamento pautado em roteiros prontos e ultrapassados, que se utilizam de transposições didáticas e até mesmo de improvisos para a realização do trabalho em sala de aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CENÁRIO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO
EDUCAÇÃO ESCOLAR, PEDAGOGIA ESCOLAR
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL – CONTEXTO EDUCACIONAL
PLANEJAMENTO E QUALIDADE EDUCACIONAL

DIALOGICIDADE NO PLANEJAR

AULA 2

A EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR
REFLEXÕES SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: LEI 13.005/2014)
DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO QUANTO AO PLANEJAMENTO
CONHECIMENTO DA REALIDADE
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA ESCOLA: ARTICULAÇÃO E NECESSÁRIA
DETERMINAÇÃO IDEOLÓGICA

AULA 3

A AVALIAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR
A AVALIAÇÃO E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
DIVERSIDADE NAS PRÁTICAS AVALIATIVAS
A ESCOLA VERIFICA OU AVALIA A APRENDIZAGEM?
INTERVENÇÕES PARA A PÓS-AVALIAÇÃO

AULA 4

EQUÍVOCOS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR
A AVALIAÇÃO PROCESSUAL
CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR
INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO
SIGNIFICADOS DA AVALIAÇÃO

AULA 5

SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO
A IMPORTÂNCIA DA DIDÁTICA NO PLANEJAR EDUCACIONAL
PLANEJAMENTO DIDÁTICO
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL SOB UM OLHAR FILOSÓFICO
GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO SISTEMA
ESCOLAR BRASILEIRO

AULA 6

FUNÇÕES DA ESCOLA
NATUREZA E FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO
FORMAÇÃO HUMANA
ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

BIBLIOGRAFIAS

- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GARAUDI, R. Projeto esperança. Rio de Janeiro: Salamandra. 1978.
- SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)
- VASCONCELLOS, C. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo: Libertad, 1999.

DISCIPLINA:

PRÁTICA DE PESQUISA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

RESUMO

eremos como objetivo geral conhecer aspectos gerais sobre o histórico e o conceito de profissionalização docente e como respectivos objetivos específicos: Conhecer o conceito

de trabalho docente; Compreender aspectos importantes sobre a formação docente; Conceitualizar a profissionalização docente; Apresentar as características da autonomia e da identidade docente; Identificar conhecimentos necessários à formação de professores. Todos os itens a serem trabalhados visam propiciar a reflexão crítica sobre os assuntos, de modo que seja possível relacionar a teoria estudada com aspectos importantes da prática pedagógica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

TRABALHO DOCENTE
FORMAÇÃO DOCENTE
PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE
AUTONOMIA E IDENTIDADE DOCENTE
CONHECIMENTOS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

AULA 2

ASPECTOS LEGAIS DA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE
LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL
DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DOS CURSOS DE LICENCIATURA
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM NÍVEL MÉDIO
O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

AULA 3

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PEDAGOGIA TRADICIONAL
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PEDAGOGIA ESCOLANOVISTA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PEDAGOGIA TECNICISTA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PEDAGOGIA LIBERTADORA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

AULA 4

CRÍTICA À RACIONALIDADE TÉCNICO-INSTRUMENTAL
O PROFESSOR REFLEXIVO E A PESQUISA SOBRE A PRÁTICA
A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO
A ESCOLA: LUGAR DA FORMAÇÃO
EAD, TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

AULA 5

FORMAÇÃO CONTINUADA
CONDIÇÕES DE TRABALHO
CARREIRA DOCENTE
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL
SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

AULA 6

SER PROFESSOR NA CONTEMPORANEIDADE
O PROFESSOR PESQUISADOR
A PESQUISA SOBRE A PRÁTICA
A PESQUISA COLABORATIVA
DESAFIOS E INCERTEZAS DA FORMAÇÃO DOCENTE NA ATUALIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, C. M. de; SOARES, K. C. D. Professor de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental: aspectos históricos e legais da formação. Curitiba: IBPEX, 2011.
- ROMANOWSKI, J. P. Formação e profissionalização docente. 3. ed. Curitiba: IBPEX,

2007.

- SOARES, K. C. D. Trabalho Docente e Conhecimento. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

DISCIPLINA:

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O ENSINO

RESUMO

Expressões como “mundo digital”, “cibercultura”, “era da informação”, entre outras, são comumente utilizadas nos últimos 15 anos para designar a atualsituação da sociedade em relação ao desenvolvimento das novas tecnologias e suas influências nas relações humanas. A educação, por ser um produto social dos seres humanos, não pode se furtar a essas influências.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FERRAMENTAS DIGITAIS X INOVAÇÃO: É PRECISO TECNOLOGIA DE P
O PAPEL DO APRENDIZ E DO EDUCADOR

CURADOR INFORMACIONAL

ALFABETIZAÇÃO DIGITAL E LETRAMENTO DIGITAL: ESTUDANTE COMO PRODUTOR
DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

AULA 2

A APRENDIZAGEM CRIATIVA NA PRÁTICA

A CRIATIVIDADE E OS QUATRO "PS" DA APRENDIZAGEM CRIATIVA

PROJETOS E PAIXÃO

PARES E PENSAR BRINCANDO

AULA 3

DEFINIÇÃO DE CONSTRUCIONISMO E SEUS PILARES TEÓRICOS

A BNCC E A LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO NOS CURRÍCULOS

ENSINANDO AS BASES DAS LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO SEM COMPUTADOR
E SEM ESCRITA

SCRATCH – A EVOLUÇÃO DA LINGUAGEM LOGO EM FORMA DE BLOCOS

AULA 4

PRINCIPAIS MODELOS DE ENSINO HÍBRIDO: OS MODELOS PROGRESSIVOS OU
SUSTENTADOS

PRINCIPAIS MODELOS DE ENSINO HÍBRIDO: MÉTODOS DISRUPTIVOS

O ENSINO HÍBRIDO, AS TDIC E SUAS INFLUÊNCIAS NO FUTURO DA ESCOLA
TRADICIONAL

O ENSINO HÍBRIDO E AS METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

AULA 5

A EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA NOS TEMPOS DE INTERNET

A EDUCAÇÃO PARA A INFORMAÇÃO NOS TEMPOS DE INTERNET

O JORNAL ELETRÔNICO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DE DIFERENTES GÊNEROS
TEXTUAIS

A RÁDIO ESCOLAR EM TEMPOS DE INTERNET

AULA 6

REALIDADE AUMENTADA NA EDUCAÇÃO

A REALIDADE VIRTUAL (RV) NA EDUCAÇÃO

INTERAÇÃO A QUALQUER TEMPO: GAMIFICAÇÃO

PLATAFORMAS E FERRAMENTAS DE GAMIFICAÇÃO: COMO ELABORAR
ESTRATÉGIAS PARA GAMIFICAR AULAS

BIBLIOGRAFIAS

- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M. Educação integral no Brasil: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- MACHADO, A. A. Alfabetização digital. Curitiba: São Braz, 2016.
- MORAN, J. M. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2007.